
**EXERCÍCIOS DE ALTERIDADE, OU: ESPIANDO POR OUTROS ÂNGULOS AS
HISTÓRIAS DA HOMOSSEXUALIDADE**

Sandro José da Silva

Mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural
de Pernambuco (UFRPE).

E-mail: sandrosilvahistoria@yahoo.com.br

O presente artigo se propõe a levantar questões e reflexões sobre as possibilidades de pesquisa que a denominada Nova História Cultural pode trazer para o nosso ofício. Principalmente para os estudos de gênero e mais especificamente para as pesquisas sobre homossexualidade. Para isso começemos com o seguinte recorte de jornal:

Com proibição ou sem proibição o fato é que as “bonecas” resolveram desfilarem de qualquer maneira. Com Cr \$ 6.580,00 que arrecadaram junto à população, fizeram vistosas fantasias, homenageando os clubes ligados a Federação Pernambucana de Futebol. E silenciosamente, empunhando bandeiras dos times de futebol, andaram pelas ruas da cidade [de Vitória de Santo Antão-PE] a pé e, por ocasião da passagem dos grandes clubes, se misturavam a multidão fazendo o passo decididamente. E aí que não entendemos: a polícia não impediu (e nem podia) que as nove integrantes de “Brasas em Folia” andem fantasiadas pelo centro da cidade. Mais impediu que alugassem um jipe e fizessem uma alegoria. (Diário da Noite, Recife, terça-feira, 04/03/1975, s.p.)

O texto citado acima relata um episódio que aconteceu no ano de 1975, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco, a 50 km do Recife, quando um grupo de travestis intitulado “Brasas em Folia” costumava desfilarem no Carnaval sem maiores interdições, desde o ano de 1971. De acordo com a reportagem do jornal, o grupo era composto por 9 (nove) integrantes, cujos nomes sugerem a influência das divas do meio artístico, eram elas: Marta Vasconcelos, Ismira, Veruska, Elke Maravilha, Núbia, Ilca Cardinale, Joelma, Telma e a líder Brigitte. Só que em 1975, as “Brasas em Folia”

resolveram homenagear os times ligados a Federação Pernambucana de Futebol, fato que motivou a proibição por parte da delegacia local. Provavelmente, neste ano as autoridades resolveram proibir o desfile porque parecia um acinte ver “homens” travestidos de mulher adentrar no meio futebolístico: espaço consagrado tradicionalmente para os homens de “verdade”, lugar em que nem mulher é bem vista, a não ser para acompanhar os homens. O que dirá de algumas “bonecas” homenageando o Clube Náutico Capibaribe, O Santa Cruz, o Sport Clube do Recife, entre outros times de Pernambuco?

Bom, mas no final desta história, as travestis, de acordo com o relato do jornal, conseguiram o apoio de amigos e parentes, confeccionaram suas fantasias e taticamente infiltradas no meio da frevança conseguiram desfilar sem maiores problemas. Mesmo assim, isso mostra que a concepção de autores como Roberto Damatta ao dizerem que no Carnaval “a lei é não ter lei” (DAMATTA, 1997: 48-51.), deve ser no mínimo questionada. Há no Brasil, o pensamento de que os festejos de Momo são os momentos de horizontalização dos papéis sociais, permissividade de práticas proibidas nos outros dias restantes do ano. Todavia este aspecto deve ser analisado com cautela tendo em vista que pelo lugar social ocupado por alguns sujeitos, a exemplo das “bonecas” como eram chamadas as travestis no período em tela, havia normas para coibir ou regulamentar comportamentos classificados como indevidos.

À primeira vista não há nada de novo no fato de travestis sofrerem interdições e rechaço social. Mesmo porque, ainda hoje o preconceito e o estranhamento sobre determinadas representações de gênero são bastante comuns, relegando a algumas pessoas os espaços da noite e da clandestinidade. Entretanto, digno de observação é este fato poder ser relatado num artigo de história e não de antropologia, sociologia ou psicologia. Há alguns anos atrás, talvez fosse impensável para qualquer historiador ter a possibilidade de pesquisar e escrever sobre sociabilidades homossexuais ocorridas numa pequena cidade da zona da Mata pernambucana num determinado Carnaval. Que importância estes sujeitos de sexualidade “destoante” da heteronormatividade, possuem para estarem em anais de história? Que grande feito realizaram? A que famílias pertencem? Acaso estão nos livros didáticos de nossos colegiais? Provavelmente uma historiografia que seguisse este pensamento desqualificaria a presença desses personagens como objeto de estudo no

presente artigo. Alegar-se-ia que são pessoas comuns, não teriam cometido nenhum feito disruptor de mudanças políticas ou sociais dignas de atenção “científica”. Dessa forma a pretensa cientificidade da história, estaria assegurada porque esta abordaria apenas temas “sérios”, de notável relevância.

A Nova História Cultural parece exatamente ir à contramão dessa escrita tradicional, onde os fatos mais relevantes de estudo seriam os de cunho político e de conhecimento mais amplo por parte da sociedade. Teríamos, agora, uma história pensada e escrita ao avesso, que questiona o óbvio e põe em relevo aquilo que parecia irrelevante. Hoje, mesmo os detratores dessa historiografia admitem a sua consolidação no meio acadêmico, tanto em termos quantitativos em congressos nacionais e internacionais, como na efetivação de linhas de pesquisa nas pós-graduações brasileiras. Inclusive, uma observação mais acurada dos anais dos congressos, evidencia a presença e a fecundidade de temas suscitados por essa nova historiografia. Atualmente, basta ter um olhar mais atento sobre os anais desses congressos para observar a presença de temas como: carnaval, dança, afoxé, maracatu, mulheres, homossexuais, crianças, alimentação, vestuário, literatura, amor, sexo, solidão, riso, violência, medo, morte, desejo, corpo, doença, saúde, razão, loucura, família, leitura, escrita, *cyber*-espaço, consumo, meio ambiente, rádio, televisão, descrença, oração, cartas, imagens, identidade e alteridade.

O desdobramento de temas os mais diversos, para alguns tem gerado uma fragmentação e diluição no campo do historiador, acarretando a completa ficcionalidade das análises dos fatos passados. Contra a acusação dada a essa “fragmentação”, é possível narrar histórias que selecionem em meio ao emaranhado factual, aqueles que dêem mais compreensão ao presente (DIEHL, 2002:174). E mesmo assim, se esta nova historiografia ousa nos temas, por que não ousar também no estilo da narrativa, dotando-a de uma certa dose de leveza como fazem as narrativas literárias para dar mais prazer ao leitor e conquistar mais “público”?

Pensamos que a Nova História Cultural pode ser tomada como o lugar de reflexão e escrita em que a multiplicidade e a complexidade humanas viram objetos de reflexão. Neste sentido, até mesmo a abstração a que chamamos de Homem (com H maiúsculo), é posicionada como um produto cultural, portanto diverso em seus modos de fazer e

saber/fazer. Ora, este fato por si só admite a relevância de estudar a diversidade humana para além dos fatores políticos e econômicos como preconizaria uma historiografia mais “ortodoxa”.

O ser humano não é somente racionalidade. A sensibilidade, o lúdico, o desejo, a imaginação e o onírico fazem-se presentes no dia-a-dia e são molas propulsoras das relações sociais. Por isso, esta “nova” historiografia permite visualizar o humano em suas múltiplas dimensões ao utilizar ferramentas teóricas caras a antropologia, a linguística, a psicologia e a sociologia, por exemplo. Aí, a interdisciplinaridade torna-se o mote para ampliar o campo de visão a respeito das vivências cotidianas. A tentativa de aproximação com o cotidiano, da percepção da história enquanto espaço de experiência do vivido, induz o historiador a confeccionar o seu trabalho com vistas a dar alguma contribuição para a sociedade na qual está inserido. Busca-se por uma história que não caia no vazio, uma história que não cheire a poeira, mofo e teia de aranha. Seria, nesse caso, uma escrita feita a partir das demandas exigidas pelo presente:

Ela [a Nova História Cultural] trata de nossa condição social contemporânea, ela realiza o programa ideado para o ensino da história por Tertuliano, e que era motivo de riso e mofo de seus colegas, ela trata da história de frente para trás, do presente para o passado, ela problematiza nosso tempo, onde a cultura se tornou o lugar principal de reprodução do capitalismo, lócus privilegiado da reprodução da dominação, mas também o lugar onde se expressam as resistências, contestações, dissidências, utopias e heterotopias, as linhas de fuga desta nossa realidade social (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008: 21).

As linhas de fuga que nós historiadores às vezes não percebemos, são as incoerências, os acasos e até a esquizofrenia dos fatos humanos, que não possuem uma lógica cartesiana. Mesmo o capitalismo, tema privilegiado do marxismo, possui suas próprias singularidades sociais e culturais, não sendo mais o mesmo sistema da época em que foi teorizado nos meandros do século XIX. Embora desde o século XIX, alguns historiadores franceses e de outros lugares do mundo tenham esboçado preocupação com a cultura, uma espécie de ato fundador em prol da história cultural pode ser o advento da Escola do *Annales*, fundada na França por Marc Bloch e Lucien Febvre nos idos dos anos

1920. Embora na época fosse denominada de história das mentalidades, propunha-se combater diretamente os tradicionais tratados de política, diplomacia e militarismo.

Estava aí o que seria o gérmen da História Cultural (VAINFAS, 1997:130). Mas a reviravolta parece ter sido em fins dos anos 60 quando a direção da revista dos *Annales* é assumida por Jacques Le Goff, Jacques Revel e André Burguière, quando congregam mais especialistas de outras áreas das Humanidades. Além disso, as experiências dos anos 60 foram fundamentais para se pensar uma história que desse conta das mudanças ocorridas na Europa e no resto do mundo:

No plano mais geral, pesou decisivamente a favor das mentalidades o “impacto que nos anos 60”, desde a chamada revolução sexual estimulada pela difusão da pílula até o desencantamento progressivo da esquerda ocidental com o modelo soviético de socialismo, mormente depois da intervenção da ex-URSS na então Tchecoslováquia (Primavera de Praga), em 1968(VAINFAS, 1997:136).

Se a realidade trazia novas demandas de questionamento, seria natural que a historiografia elaborasse novos problemas, novas abordagens e novos objetos. Embora com certas reservas no começo, outros autores passam a ser aceitos nos *Annales* como o antropólogo Lévi-strauss e o filósofo Michel Foucault (VAINFAS, 1997:136). Este último, embora rejeitasse qualquer tipo de rotulação, talvez até de forma póstuma, passa a ser utilizado por seus admiradores como um autor cujas teorias são de grande relevância para os estudos culturais. Uma das propostas de Foucault é de historicizar o que chamamos de cultura, ao mesmo tempo em que denuncia o caráter inventivo e sedimentador da mesma. Ele estimulou temas a respeito da sexualidade, das prisões, das doenças, da loucura, entre outros. Enfocando a força dos discursos para a elaboração daquilo que chamamos de verdade e realidade, para Foucault, os historiadores deveriam atentar para a linguística e suas regras de formação discursiva:

Uma das contribuições reconhecidas de Foucault, adotada por vários dos novos historiadores culturais, encontra-se na importância que ele atribuiu à linguagem/discurso enquanto meio de apreender as transformações. A linguagem/discurso teve o seu maior impacto no estudo das instituições, em especial o asilo e a prisão, mas ainda conserva o potencial para aplicações mais gerais(O'BRIEN, 2001:59.)

A respeito dessas aplicações mais gerais atribuídas aos discursos, podemos pensar, por exemplo, no percurso histórico que a palavra *gay* sofreu desde sua popularização em fins dos anos 60. Se tomarmos esta palavra para os dias atuais, esvaziado o seu conteúdo político, talvez não consigamos mensurar o poder que possuiu há algumas décadas. Ora, este termo, em inglês significa alegre, feliz e festivo. Nos anos 70 possuía, portanto, um forte apelo social e político no sentido de redimensionar as relações afetivas e sexuais entre homens. Os próprios movimentos militantes utilizavam a denominação *Gay Power* para designar suas pautas e suas ações contra o chamado heterossexismo ou hegemonia dos heterossexuais. Destaca-se aí a função que a linguagem adquire na construção das identidades, verossimilhanças e diferenças de gênero (SCOTT, 1991:09). Quer seja entre homens/mulheres, homens/homens e mulheres/mulheres.

Se ainda, sob a perspectiva de Foucault e sua teoria dos micropoderes, analisarmos os discursos dos militantes, veremos que estes também criaram dados modelos e padrões de conduta responsáveis por tentar “impor” determinadas subjetividades. Embora pareça contraditório, algumas linhas de atuação dentro do movimento de liberação homossexual, ao tentarem desconstruir modelos, acabam por inventar e consolidar outros. Isto se deve ao poder de modelação representado e divulgado pelos ativistas. As “bonecas”, que tiveram a função de abrir este artigo, possivelmente estariam de fora daquilo que seria o verdadeiro *gay*. Da mesma forma que o homossexual “enrustido”, a bicha pobre, a bicha barra-pesada, a “tia” (homossexual de meia idade), etc. O poder teorizado assim, deixar de ser somente algo repressor, para ganhar um potencial criador. Passamos a perceber que o *gay* nada mais é do que uma personagem, que longe de ser essencialista, uma abstração sem história e naturalizada, possui um lócus próprio de invenção, notadamente o meio moderno, urbano e elitista para depois se espriar para outros segmentos sociais.

A nova História Cultural não busca somente “heróis”, homens singulares por feitos únicos, viris e patrióticos, e quando os encontra é para desconstruí-los, fazê-los descer do pedestal e denunciar que seus pés são de barro. A partir deste mote, a dinâmica cultural mostra que as relações afetivas e sexuais entre homens ganham cores diversas conforme o tempo e a cultura. Neste ponto, pensamos que para entender as singularidades das representações homossexuais, faz-se preciso um breve passeio histórico a respeito do tema

da homossexualidade. Para isso, baseados nos trabalhos de autores como Michel Foucault (1984;1988), Philippe Àries (1985), Ronaldo Vainfas (1997), Paul Veyne(1985), Peter Gay (1990), entre outros, percebemos que as relações afetivo-sexuais entre homens são absolutamente historicizáveis, não estão no campo do “desde sempre”, e sim nas possibilidades da produção histórica em distintos momentos. Ou seja, possuem matizes diversos, variando no tempo e no espaço em cada sociedade. É assim que temos os amores masculinos nas culturas greco-romanas; a sodomia no medievo; o “homossexualismo” no século XIX e o *gay* em fins da década de 1960. Sem contar as variações deste tipo de relação em sociedades indígenas e aborígenes, antigas e atuais.

Se hoje, é possível pesquisar o tema da homossexualidade, cabe refletirmos que nenhum objeto emerge do nada. Ele é fruto de um conjunto de fatores que lhe dão materialidade, sentido e inteligibilidade. Dessa forma, o *gay* para ser compreendido como uma personagem inventada deve ser colocado em interação com as possibilidades próprias de sua época que fizeram com que as relações afetivas e sexuais entre homens pudessem ser pensadas, faladas e vividas de maneiras singulares em relação a outras épocas. Neste campo, os estudos do gênero masculino ainda são pouco explorados. Em partes, isto se deve pelo fato do modelo masculino, e mais precisamente o heterossexual, ocupar um lugar histórico de hegemonia.

A Nova História Cultural busca encontrar as vozes sem rosto, seres do mangue, do mato, do morro, das ruas, dos becos e dos bordéis, seres da noite e da madrugada, seres que negociam seus serviços sexuais e cujas vidas para quem está de fora é chamada de “fácil”, seres que riem e que choram as dores e as delícias de assumirem os seus desejos. Isso faz com que o historiador esteja atento para a dimensão ética de seu ofício, pois tanto como educador ou como pesquisador ao lidar com a questão cultural faz-se necessário o exercício constante de relativização, da sensibilidade e da alteridade, sob pena de colaborar para a manutenção de preconceitos.

Em certa medida, este novo lugar de produção histórica pode ser subversivo ou revolucionário. Talvez não nos moldes como querem os marxistas mais ortodoxos, mais utópicos; mas sob o ângulo de uma micropolítica dos desejos, ações que mesmo aparentemente individualizadas e pulverizadas têm a possibilidade de interferir na

sociedade, haja vista que a luta de classes não possui (será que já possuiu?) mais um *front* delimitado apenas entre burgueses e proletários, a sociedade é bem mais complexa do que esses dois blocos (GUATTARI,1985:15). Pois, mesmo as relações políticas, econômicas e sociais são campos de prática e de produção cultural.

Uma escrita subversiva é possível pela visibilidade de dados assuntos ainda considerados tabus em nossa cultura, a exemplo da homossexualidade. Ora, as próprias pesquisas indicam que o preconceito também é uma construção cultural, portanto histórica. Entretanto, no momento em que é permitido a um educador ou um pesquisador, sob o viés cultural, abordar tais assuntos, não se pode negar as possibilidades de mudança concreta passíveis de repercutir na vida de alguns homens. Talvez por isso mesmo, esta historiografia incomode, sendo vista de soslaio pelos que desejam a manutenção de preconceitos e hierarquias. A Nova História Cultural parece assim, se situar onde se cruzam as repercussões do passado no presente, as denominadas permanências, indicativas da existência da história enquanto experiência de vida.

Retomando o nosso tema central, homossexualidade, mencionemos as atividades das organizações em prol dos direitos destes sujeitos. Ora, uma análise mais acurada sobre os documentos a esse respeito aponta que aquilo que aparentemente se mostrava ser um grupo coeso, é minado por contradições dentro do próprio movimento *gay*. É tanto que a não tão antiga sigla GLS (*gays*, lésbicas e simpatizantes), praticamente caiu em desuso; sendo substituída pela sigla GLBTT (*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Seria uma estratégia discursiva para incluir e dar visibilidade a sujeitos que antes pareciam inexistir. Uma história que aponta essas exclusões, de fato, pode ser desinteressante e inútil, dependendo do lugar daquele que lê. Da mesma forma, pode ser “perigosa” e “subversiva” dependendo de quem ela atingir.

Um campo também fértil são os estudos sobre espacialidade e territorialidade, indo para além de uma perspectiva geográfica, insere-se no âmbito das subjetividades, das produções de sentido afetivo e existencial que articulamos aos espaços a nossa volta. Vemos surgir, por exemplo, um nordeste que é filho reacionário da modernidade cujas influências, notadamente sulistas, pareciam trazer novas sensibilidades e sociabilidades estranhas à rusticidade e macheza nordestina (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003).

A própria representação do corpo humano é um território passível de ser modificado, um território onde, por vezes, o desejo e a busca pelo borramento de fronteiras de gênero fazem com que se suportem as dores de até dezenas de agulhas ao mesmo tempo injetando silicone industrial para transmutar um corpo masculino numa representação de um ideal feminino e ter o direito de amar diferente na busca de outros territórios existenciais. A exemplo do que fazem algumas travestis e transsexuais (BENEDETTI,2005:83).

A Nova História cultural pode ser uma história nos moldes de que nos fala o historiador Koselleck. Uma história que analisa no presente os resultados do horizonte de expectativas elaborado em tempos idos, e ao mesmo tempo atenta no presente o horizonte de expectativas planejado para nosso futuro (KOSELLEK, 2006). Uma história que observa, admite e relativiza a diversidade humana em seu sentido étnico-cultural, uma história em que tudo o que o ser humano sente, toca e vê pode se tornar seu objeto de estudo. Uma história dos “excluídos”, e que por vezes também é excluída. Uma história das lágrimas e do riso de homens e mulheres estigmatizados por sua sexualidade. Uma história que narra aquilo que parece aparentemente banal, supérfluo. Entretanto, se olharmos direitinho ela trata sobre o que compõe a maior parte do nosso cotidiano.

Fontes e Bibliografia

Diário da Noite, Recife, terça-feira, 04/03/1975, s.p.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do “falo” (Nordeste-1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

_____. A Condição de Ser Duplicado: uma análise do lugar epistêmico da Nova História Cultural. In ALCILEIDE, Cabral do Nascimento; GRILLO, Maria Ângela de Faria (Orgs). **Cultura, gênero e infância**: nos labirintos da História. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs). **Sexualidades Ocidentais**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade vol. II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. (Orgs.) **O que é homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

GAY, Peter. **A paixão terna: A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: Pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.

O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. In HUNT, Lynn (Org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados:** moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VEYNE, Paul. A homossexualidade em Roma. *In* ARIÉS, Philippe, BÉJIN, André (Orgs). **Sexualidades Ocidentais**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.